

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO****1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. Aquisição de **UTENSÍLIOS PARA COZINHA** específicos para preparação de alimentos, armazenamento, descarte, higienização, dentre outros, em atenção às determinações da Vigilância e Fiscalização Sanitária, para atender as Unidades Escolares do Município de Nova Friburgo, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento;

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Educação;
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º e incisos I e II do Decreto Federal nº 11.462/2023 até que sobrevenha regulamentação municipal;
1.4	Prazo:	1 (um) ano;
1.5	Tipo:	Menor preço unitário por item, nos termos do art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

1.6. Aquisição de Utensílios para Cozinha para atender as Unidades Escolares da Secretaria de Educação do Município de Nova Friburgo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	U/C	QTDE
COTA DA EXCLUSIVA					
01	460659	BACIA PLÁSTICA CANELADA - CAPACIDADE 8 LITROS: Material: Plástico, Diâmetro aproximado: 34 cm, Capacidade: 8 litros, Cor: Escura Certificado pelo INMETRO		UN	200
02	405455	BACIA PLÁSTICA CANELADA - CAPACIDADE 34 LITROS: Material: Plástico Diâmetro: 55 cm Capacidade: 34 litros, Cor: Escura. Certificado pelo INMETRO		UN	400
03	393512	BACIA PLÁSTICA CANELADA - CAPACIDADE 13 LITROS: Material: Plástico Diâmetro: 40 cm Capacidade: 13,50 litros Cor: Escura Certificado pelo INMETRO		UN	200

04	471266	CAÇAROLA PEQUENA - Nº: 30: Confeccionada: em alumínio de 2,5mm de espessura, Tampa e alças: Reforçadas		UN	150
05	609418	CAIXA ORGANIZADORA - 3 LITROS: Confeccionada: Plástico <u>incolor resistente</u> retangular; Tampa: Travas de fechamento ; Aplicação: Multiuso - Indicado para aquecimento livre de Bisfenol A. Tipo: Empilháveis; Certificado pelo INMETRO		UN	600
06	463118	CAIXA ORGANIZADORA - 7 LITROS: Confeccionada: Plástico <u>incolor resistente</u> retangular; Tampa: Travas de fechamento ; Aplicação: Multiuso - Indicado para aquecimento livre de Bisfenol A. Tipo: Empilháveis; Certificado pelo INMETRO		UN	600
07	433047	CAIXA ORGANIZADORA - 13 LITROS: Confeccionada: Plástico <u>incolor resistente</u> retangular; Tampa: Travas de fechamento ; Aplicação: Multiuso - Indicado para aquecimento livre de Bisfenol A. Tipo: Empilháveis; Certificado pelo INMETRO.		UN	600
08	440737	CAIXA ORGANIZADORA - 20 LITROS: Confeccionada: Plástico <u>incolor resistente</u> retangular; Tampa: Travas de fechamento ; Aplicação: Multiuso - Indicado para aquecimento livre de Bisfenol A. Tipo: Empilháveis; Certificado pelo INMETRO.		UN	600
09	440739	CAIXA ORGANIZADORA - 56 LITROS: Confeccionada: Plástico <u>incolor resistente</u> retangular; Tampa: Travas de fechamento ; Aplicação: Multiuso - Indicado para aquecimento livre de Bisfenol A. Tipo: Empilháveis; Certificado pelo INMETRO.		UN	600
10	278458	CANECA EM POLIPROPILENO COM ASA: Confeccionada: Plástico resistente a no mínimo 100º centígrados, atóxico, inodoro e insípido; Capacidade mínima 300ml. Aplicação: Multiuso - Indicado para aquecimento livre de Bisfenol A. Certificado pelo INMETRO		UN	7287
11	380172	CESTO EXPOSITOR EMPILHÁVEL: Confeccionado: Plástico <u>resistente</u> ; Aplicação: Multiuso - Indicado para guardar e separar alimentos, roupas, brinquedos, etc.; Tipo: Empilhável; Cor: Escura Dimensões mínimas: Largura x Altura X Profundidade (570mm x 280mm x 420mm) Capacidade mínima: de 40kg. Certificado pelo INMETRO.		UN	596
12	244285	COADOR DE CAFÉ EM PANO: Armação em aço inox com alça emborrachada para não queimar as mãos; Dimensão aproximada 15cm de diâmetro.		UN	250

13	482848	COLHER DE SOBREMESA: Confeccionada em aço inox AISI 304 ou 430 . Acondicionadas em caixa reforçada de papel/papelão com 12 unidades.		UN	3600
14	483978	COLHER DE MESA: Confeccionada em aço inox AISI 304 ou 430 . Acondicionadas em caixa reforçada de papel/papelão com 12 unidades.		UN	3600
15	440149	COPO DE VIDRO - TIPO AMERICANO - 200ML: Acondicionados em caixa de papelão resistente com 24 unidades. Certificado pelo INMETRO		UN	1920
16	294611	FACA DE MESA PARA REFEIÇÃO: Confeccionada em aço inox AISI 304 ou 430 , pontas arredondadas. Acondicionadas em caixa reforçada de papel/papelão com 12 unidades.		UN	1944
17	437871	GARFO PARA REFEIÇÃO: Confeccionado em aço inox AISI 304 ou 430 . Acondicionadas em caixa reforçada de papel/papelão com 12 unidades.		UN	3324
18	231531	GARRAFA TÉRMICA : Bomba tipo serve fácil; Capacidade mínima 1,8 litros. Certificado pelo INMETRO.		UN	132
19	370718	GARRAFA TÉRMICA 5 LITROS: Capacidade mínima de 5 litros; Tampa interna e externa roscável. Certificado pelo INMETRO.		UN	66
20	416902	JARRA GRADUADA PARA SUCO COM TAMPA: Confeccionada 100% em polipropileno atóxico resistente; Tampa e cabo reforçados; Capacidade mínima de 3,7 litros , Altura mínima de 26cm. Certificado pelo INMETRO.		UN	600
21	299772	KIT JOGO DE FACAS - TIPO AÇOUGUEIRO: Contendo no mínimo 4 peças: 01 Faca de cozinha - Grande - medindo entre 9" e 10" – com lâmina em aço inoxidável com cabo em polipropileno branco. 01 Faca de cozinha - Média - medindo entre 7" e 8" com lâmina em aço inoxidável com cabo em polipropileno branco. 01 Faca de cozinha - Pequena - medindo entre 5" e 6" com lâmina aço inoxidável com cabo em polipropileno branco. 01 Amolador (Chaira) - Medindo entre 7" e 8" em aço inoxidável com cabo em polipropileno branco.		KIT	160
22	453161	KIT JOGO DE UTENSÍLIOS EM SILICONE ANTIADERENTE: Contendo: 01 Colher para servir com no mínimo 28 cm x 8cm, na cor preta com orifício para pendurar; 01 Concha com no mínimo 29 cm x 9cm, na cor preta com orifício para pendurar;		KIT	274



		01 Escumadeira com no mínimo 29cm x 8cm, na cor preta com orifício para pendurar; 01 Espátula com no mínimo 29cm x 8cm, na cor preta com orifício para pendurar; 01 Pegador para macarrão 29cm x 8cm, na cor preta com orifício para pendurar;			
23	484435	LIXEIRA RETANGULAR 20 LITROS COM TAMPA E PEDAL: Confeccionada em plástico resistente ; Cor: Preta; Tampa acionada por pedal, ambos confeccionados em material resistente. Certificado pelo INMETRO		UN	840
24	455723	MANGUEIRA CRISTAL 30 METROS - COM SUPORTE ENROLADOR: Acompanha suporte para enrolar; Esguicho com jato regulável e bico para engate rápido; Camada interna de PVC flexível; Camada intermediária em fio de poliéster trançado; Camada externa em PVC flexível. Certificado pelo INMETRO.		UN	138
25	222366	PANELA DE PRESSÃO 10 LITROS: Confeccionada em material anti-aderente ; Botão regulador de pressão; Válvula de segurança; Cor: Preta; Medidas mínimas: 24cm x 23cm. Certificado pelo INMETRO		UN	128
26	248020	PANELA DE PRESSÃO 20 LITROS INDUSTRIAL: Confeccionada em alumínio polido; Botão regulador de pressão; Válvula de segurança; Válvula de segurança: Mínimo 2; Cabos: Anatômicos em Baquelite e sistemas de segurança; <u>Dimensões mínimas:</u> Altura 36cm; Largura: 35; Profundidade: 38cm; Peso aproximado: 5,150 kg. Certificado pelo INMETRO		UN	61
27	471269	POTE PORTA MANTIMENTOS 8 LITROS COM TAMPA: Confeccionado em plástico incolor resistente; Tampa: Com válvula de respiro; Medidas mínimas: 26 x 21 x 21cm. Certificado pelo INMETRO.		UN	600
28	311419	PRATO FUNDO DE VIDRO PARA REFEIÇÃO : Confeccionado em vidro liso incolor temperado, redondo, aproximadamente 23 cm de diâmetro, 3 cm de altura, sem ondulações Acondicionados em caixa papelão resistente com 12 unidades .		UN	6600

		Certificado pelo INMETRO			
29	479320	SUPORTE PARA COADOR DE CAFÉ: Confeccionado: Aço inoxidável; Dimensões aproximadas da base: 35cm de altura; Dimensões aproximadas do suporte: 15cm diâmetro; Base de apoio resistente.			140
30	433894	VELA PARA FILTRO DE BARRO COM TRIPLA AÇÃO: Material cerâmico microporoso filtra a água por gravidade, sem adição de produtos químicos, reduzindo impurezas, retendo partículas sólidas, compatível com todos os filtros , com tripla ação - decolorante e esterilizante, com revestimento de prata coloidal para preservar sua propriedade esterilizante aplicado na parte interna da vela, junto com o carvão ativado, trabalham para filtrar e reduzir odores, sabores e o teor de cloro, além de reduzir a presença de bactérias da água. preservando sua propriedade esterilizante. Certificado pelo INMETRO			600
COTA RESERVADA					
31	362468	CESTO EM PLÁSTICO TELADO PARA ROUPA - 70 LITROS: Confeccionada: Plástico resistente ; Tampa: Telada com borda de fechamento; Aplicação: Multiuso - Indicado para guardar roupas, brinquedos, etc.; Tipo: Empilhável; Certificado pelo INMETRO.		UN	213
COTA PRINCIPAL					
32	362468	CESTO EM PLÁSTICO TELADO PARA ROUPA - 70 LITROS: Confeccionada: Plástico resistente ; Tampa: Telada com borda de fechamento; Aplicação: Multiuso - Indicado para guardar roupas, brinquedos, etc.; Tipo: Empilhável; Certificado pelo INMETRO.		UN	639

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

1.8. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 0639/2024.

1.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 84, caput, da lei 14.133/2021;

1.10. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;

1.11. Todas as especificações técnicas constantes no presente Termo de Referência são mínimas, podendo a empresa oferecer material superior na vigência do contrato, que será decorrente de Ata de Registro de Preços e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nelas contidas nos termos do Capítulo V da lei 14.133/2021;

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº. 14.133/2021).

2.1. A presente aquisição visa atender as necessidades no preparo, armazenamento e descarte de alimentos e resíduos sólidos das Unidades Escolares do Município de Nova Friburgo, de acordo com as determinações gerais da Vigilância e Fiscalização Sanitária.

2.2. Essa aquisição tem o fito de subsidiar futuro procedimento licitatório, a ser processado por Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preços - SRP para selecionar empresas que forneçam materiais para cozinhas, refeitórios, banheiros, salas de aula, etc, em atenção às determinações da Subsecretaria de Vigilância e Fiscalização Sanitária - Decreto nº 112 de 07 de maio de 2018, o Município de Nova Friburgo aprovou o “Auto-roteiro de Inspeção Sanitária”.

“Destaca-se neste roteiro as atividades incluindo: Educação Infantil, Pré escola, Ensino fundamental e outras atividades de ensino. O Roteiro de Auto-inspeção em estabelecimentos e serviços, sujeitos ao licenciamento sanitário anual para os serviços de ensino, são baseados no risco potencial inerente a cada atividade desenvolvida, considerando o fornecimento de serviço, a manutenção e a saúde da equipe profissional, bem como do usuário, no caso, os alunos da Rede Municipal, sendo definido como base legal para definição das atividades de baixo risco, o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA”.

2.3. As Unidades Escolares da Rede Municipal e Educação foram inspecionadas pela Vigilância Sanitária, principalmente nas áreas de: armazenagem, preparação, manipulação e descarte de alimentos sólidos e líquidos, trabalho de grande

importância que ajudou a Secretaria Municipal de Educação na fiscalização e organização, promovendo para o alunado uma merenda de qualidade e mais nutritiva e para os servidores um ambiente adequado com excelentes condições de trabalho, contribuindo assim, para a organização, funcionamento e valorização da escola.

2.4. Os utensílios em tela dão suporte aos profissionais da área de alimentação e serviços gerais da Rede Pública de Educação do Município de Nova Friburgo, disponibilizando utensílios novos, renovando o ambiente e descartando os utensílios velhos, já encardidos e deteriorados pelo tempo de uso. Trata-se de um material de uso contínuo, e que tem uma vida útil muito curta, necessitando a renovação a cada ano, proporcionando uma necessária e adequada condição de trabalho, andando junto com as determinações sanitárias, elucidando a referida aquisição.

2.5. Diante da análise desenvolvida no presente instrumento, conclui-se que a solução apresentada mostra-se a mais eficaz em termos de disponibilidade de mercado e economicidade, considerando a forma que a Administração Pública vem realizando contratações nesse viés. É possível verificar a variedade de fornecedores para o fornecimento do objeto estudado, assim como é possível ter uma clara visão do preço de mercado praticado. O modo de contratação também se mostra eficaz, obedecendo às diretrizes da Lei 14.133/2021, utilizando a modalidade de licitação (que é a regra) Pregão Eletrônico, pelo critério de julgamento “menor preço unitário por item”, através do Sistema de Registro de Preços, o que trás economicidade para a Administração Pública, uma vez que a aquisição fica a critério do Poder Público, de forma discricionária, considerando a mudança da situação fática da demanda, ainda que haja uma estimativa de necessidade.

2.6. Observa-se que o presente instrumento respalda-se no quantitativo de Unidades Escolares que serão inauguradas e as que estão sendo reformadas e ampliadas, bem como a área, cozinhas, refeitórios e ambientes de uso comum de cada Unidade Escolar para o corrente ano.

2.7. Com base nas necessidades, montamos o quantitativo para atender a demanda da Rede Municipal de Educação, dando origem ao processo licitatório.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A solução que melhor atende a Administração Pública Municipal para aquisição de utensílios para cozinha é através de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico para registro de preços, nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º e incisos I e II do Decreto Federal nº 11.462/2023;

3.2. Conforme o artigo 3º, incisos I e II deste decreto, justifica-se a utilização do Registro de Preços:

I - Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou freqüentes;

II - Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

3.3. Este tipo de contratação vem sendo praticada nos mesmos moldes em todo o território nacional. Além de diversas contratações similares, foram identificados diversos fornecedores capazes de atender a demanda da Administração Pública, caracterizando, assim, como a melhor solução e mais viável para o objeto em questão.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. A presente aquisição deverá ser atendida com um padrão mínimo de qualidade e durabilidade. Para tal, será indispensável à apresentação das amostras físicas de cada item licitado. Todo material, bem como seus componentes exigidos, deverão ser novos e dentro das regulamentações e normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, Certificado pelo INMETRO, atendendo a todas as especificações que constam no Termo de Referência, entregues em perfeito estado, sem defeitos, sem indícios de umidade e/ou corrosão, sem inadequação de conteúdo a fim de garantir sua integridade.

4.2. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:



4.2.1 Sustentabilidade:

4.2.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1.1.1. Na execução do objeto contratual, deverão adotar práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços;

4.2.1.1.2. Observar os requisitos ambientais para certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.2.1.1.3. Considerando todas as fases do ciclo de vida do produto citadas, observamos alguns exemplos de produtos sustentáveis no art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG:

- a) Bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), Bisfenol A, éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.2.1.1.4. Para Atividades potencialmente poluidoras e utilizadores de recursos ambientais, deverá ser observado o Anexo I da IN 13/2021 IBAMA, consolidado pela IN 6/2022. As pessoas físicas e jurídicas que desenvolvem as atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa

IBAMA nº 13/2021 são obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadores de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

4.2.1.1.5. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

4.2.1.1.6. Pela requisição da unidade requisitante, na presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;

4.2.1.1.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

4.3. DA EXIGÊNCIA E APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA FÍSICA:

4.3.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3.2. Serão exigidas amostras de todos os itens.

4.3.3 As amostras poderão ser entregues no endereço Rua Herculano Gomes de Silva, n.º 201 - Córrego D'Antas - Nova Friburgo - RJ - Cep: 28630220, no prazo limite de 10 (dez) dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.3.4. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.3.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.3.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: robustez, modo de limpeza, segurança, tamanho e função adequadas, adaptabilidade e funcionalidade, ergonomia.

4.3.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.3.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.3.9 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.3.10 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 2 (dois) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.3.11 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. É indispensável que todo produto licitado atenda às especificações técnicas e recomendações das normas vigentes específicas. Todo acabamento deve ser isento de rebarbas, defeitos, etc.

a) A entrega do objeto será efetuada por Registro de Preços, atendendo ao pedido e a necessidade da Administração Pública, através do responsável pelo setor correspondente, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento da(s) Nota(s) de Empenho(s).

b) A empresa vencedora deverá realizar a entrega do produto, substituir os que estiverem em inconformidade com o requisitado, sem ônus para Administração, em prazo especificado no Termo de Referência.

c) As solicitações deverão ser atendidas nos prazos estipulados;

d) O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, autorização de fornecimento ou documento equivalente;

e) Os produtos serão recebidos no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação (Endereço, telefone, referência e horário/dias de funcionamento a baixo) no local indicado pelo responsável do Almoxarifado.

Secretaria requisitante: Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação

Rua: Herculano Gomes de Silva, n.º 201 - Córrego D'Antas -
Nova Friburgo - RJ - Cep: 28630220

Endereço: **Tel:** (22) 2529-3388

Ref: Estrada Friburgo - Teresópolis, km 3 - Subida em frente ao
restaurante Toca da Raposa e a fábrica de tubos Santa Paula.

Horário de entrega e de 07:30 até às 14:30 horas - de segunda a quinta-feira
descarga: (impreterivelmente).

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias, juntamente com a nota fiscal pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente prazo de 3 (três) dias, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

5.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer

pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos do artigo 140, § 2º da Lei 14.133/2021;

5.8. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

5.9. A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;

5.10. A garantia abrange a realização da manutenção e/ou troca dos bens pelo próprio Contratado;

5.11. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a troca dos bens quando necessárias;

5.12. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser corrigidas e/ou substituídas por outras novas, de primeiro uso, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação;

5.13. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do bem das dependências da Administração pelo Contratado;

5.14. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante;

5.15. Decorrido o prazo para reparos e/ou substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda;

5.16 O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado;

5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

6.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

6.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);

6.7. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

6.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º)

6.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

6.10. Será exigida a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

6.11. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21;

6.12. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto;

6.13. O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.14. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.15. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.16. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.17. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.17.1. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da contratação licitada;

6.17.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.17.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.17.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº. 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1. A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá ser emitida em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

7.2. Da liquidação da despesa:

7.2.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.3. Do pagamento da despesa:

7.3.1. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas;

Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

FGTS;

PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

Estadual CND – referente ao ICMS.

7.3.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.3.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

7.3.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.3.5. O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, por registro de preços, com fundamento na hipótese do art. 40, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta de (menor preço por item).

8.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

a) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao



responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

b) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

c) A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

d) O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

e) Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

f) É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

g) Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

h) Se o fornecedor for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

i) Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.3. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.3.1. Habilitação Jurídica:

- 8.3.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.3.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.3.1.3 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.3.1.4 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.1.5 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.3.1.6 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.1.7 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.3.1.8 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.3.1.9 - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.3.1.10 - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.4 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.5. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.5.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.5.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.5.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.5.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.5.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.6 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.6.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.6.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.6.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração

convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.7 Da Qualificação Econômico-Financeira:

8.7.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.7.1 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.7.2 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.7.2.1 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.7.3 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.8 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.9 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.10 Da Qualificação Técnica:

8.10.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.10.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.10.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.10.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.10.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1. Da Contratada:

- a)** Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b)** Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c)** Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;



- d)** Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e)** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f)** Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g)** Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h)** Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i)** A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j)** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k)** Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l)** Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m)** Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2. Da Contratante:



- a) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) Demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
ou

10.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;



10.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5 - fraudar a licitação

10.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2- Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 - advertência;

10.2.2 - multa;

10.2.3 - impedimento de licitar e contratar e

10.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3- Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2 - as peculiaridades do caso concreto

10.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade,

conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4- A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

10.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado

10.5- As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6- Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7- A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Nova Friburgo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8- Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contra-



tar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1. A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023 https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação, previstos no presente Termo de Referência, correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

12.1.1. Órgão/Unidade Orçamentária:	Secretaria Municipal de Educação
	22002.1236100572.146
12.1.2. Programa de Trabalho:	22003.1236500672.165
	22004.1236500762.182
12.1.3. Fonte de Recurso:	150010010000
	155000000000
12.1.4. Natureza da Despesa:	339030-01

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Educação.

Nova Friburgo/RJ, 28 de Maio de 2024.

ELABORADOR	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Miguel Ângelo Bueno Fernandes Matrícula nº. 116275	<hr/> Bruno Valverde Matrícula nº. 107315

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Caroline Moura Klein

Secretária Municipal de Educação

Matrícula nº. 990.953